

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**DIREITO CONSTITUCIONAL****QUESTÃO 21**

A previsão constitucional de que constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil construir uma sociedade livre, justa e solidária é classificada como norma

- Ⓐ programática.
- Ⓑ de eficácia absoluta.
- Ⓒ de eficácia plena.
- Ⓓ de eficácia contida.

QUESTÃO 22

Com base no entendimento jurisprudencial do STF acerca dos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- Ⓐ O brasileiro nato somente poderá ser extraditado se comprovado seu envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- Ⓑ Entidades de classe podem impetrar mandado de injunção coletivo, desde que legalmente constituídas e em funcionamento há pelo menos um ano.
- Ⓒ A prova consistente em gravação ambiental realizada por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro é ilícita.
- Ⓓ Todos os tratados internacionais sobre direitos humanos terão força constitucional no ordenamento pátrio, haja vista o bloco de constitucionalidade.

QUESTÃO 23

Ainda no que concerne aos direitos fundamentais, assinale a opção correta.

- Ⓐ Quando houver iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário prévia e justa indenização.
- Ⓑ A renúncia da nacionalidade não impede o interessado de readquirir sua nacionalidade brasileira originária, nos termos da lei.
- Ⓒ Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade, salvo em caso de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira ou de imposição da naturalização.
- Ⓓ A sucessão de bens de estrangeiros situados no Brasil será sempre regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge brasileiro ou dos filhos brasileiros.

QUESTÃO 24

Assinale a opção correta a respeito da organização político-administrativa do Estado federal brasileiro.

- Ⓐ A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios não podem estabelecer nenhum tipo de colaboração com cultos religiosos ou igrejas, haja vista a laicidade do Estado.
- Ⓑ O Distrito Federal goza das mesmas competências legislativas atribuídas aos estados e aos municípios.
- Ⓒ As contas do governo do território serão submetidas à assembleia legislativa do território, com parecer prévio do respectivo tribunal de contas.
- Ⓓ A Constituição Federal de 1988 veda a existência de tribunal de contas dos municípios.

QUESTÃO 25

É requisito para a incorporação, a subdivisão ou o desmembramento de estados

- Ⓐ a promulgação de lei complementar federal, combinada à consulta prévia, mediante referendo, às populações dos estados envolvidos, após a divulgação dos estudos de viabilidade estadual, apresentados e publicados na forma da lei.
- Ⓑ a consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos estados envolvidos, após a divulgação dos estudos de viabilidade estadual, apresentados e publicados na forma da lei.
- Ⓒ a promulgação de lei complementar federal, combinada à consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos estados envolvidos, após a divulgação dos estudos de viabilidade estadual, apresentados e publicados na forma da lei.
- Ⓓ a aprovação pela população diretamente interessada, mediante plebiscito, e pelo Congresso Nacional, por lei complementar.

QUESTÃO 26

Nos termos da Constituição Federal de 1988, podem ser delegadas pelo presidente da República aos ministros de Estado as atribuições de

- Ⓐ prover e extinguir cargos públicos federais e conferir distinções honoríficas.
- Ⓑ conceder indulto, comutar penas e prover cargos públicos federais.
- Ⓒ nomear membros do Conselho da República e prover cargos públicos federais.
- Ⓓ nomear membros do Conselho da República e extinguir cargos públicos federais.

QUESTÃO 27

Nos termos da Constituição Federal de 1988, compete ao STJ

- Ⓐ processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato do TCU.
- Ⓑ processar e julgar, originariamente, os ministros de Estado nas infrações penais comuns.
- Ⓒ rever, de ofício, os processos disciplinares de juizes e membros de tribunais julgados há menos de um ano.
- Ⓓ processar e julgar, originariamente, a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias.

QUESTÃO 28

No que concerne ao Ministério Público e à Defensoria Pública, assinale a opção correta à luz da Constituição Federal de 1988 e da jurisprudência do STF.

- Ⓐ O Ministério Público pode determinar diretamente interceptação telefônica, busca domiciliar e prisão preventiva, pois detém poder investigatório próprio.
- Ⓑ O Ministério Público pode exercer, excepcionalmente, a representação judicial dos entes públicos, especialmente dos estados e dos municípios.
- Ⓒ A Defensoria Pública não tem legitimidade para propor ação civil pública, pois sua atuação constitucional é limitada à assistência jurídica individual.
- Ⓓ A Defensoria Pública pode requisitar documentos, informações e providências necessárias ao exercício de suas funções institucionais, mas essa prerrogativa não lhe autoriza a instauração direta de inquérito policial.

QUESTÃO 29

Nos termos da Constituição Federal de 1988, o julgamento de causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e município brasileiro compete

- Ⓐ ao respectivo tribunal regional federal.
- Ⓑ aos juízes federais.
- Ⓒ ao STJ.
- Ⓓ ao STF.

QUESTÃO 30

No que concerne ao processo legislativo, assinale a opção correta à luz da Constituição Federal de 1988 e do entendimento jurisprudencial do STF.

- Ⓐ A sanção presidencial não convalida projeto de lei iniciado por parlamentar em matéria de iniciativa privativa do presidente da República.
- Ⓑ É inconstitucional lei municipal de iniciativa do Poder Executivo local que tenha sido, durante sua tramitação, objeto de emendas legislativas que modificaram a natureza do projeto de lei ordinária para lei complementar, ainda que haja pertinência temática.
- Ⓒ Matéria constante de proposta de emenda constitucional rejeitada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, salvo mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- Ⓓ Lei municipal de iniciativa parlamentar pela qual se estabeleçam formas de publicidade institucional sobre aplicativo de saúde pública viola a reserva de iniciativa do chefe do Poder Executivo.

QUESTÃO 31

Acerca do Poder Judiciário, assinale a opção correta.

- Ⓐ A cláusula de reserva de plenário exige que a declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo pelo tribunal seja feita pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial.
- Ⓑ O quinto constitucional aplica-se ao STF, ao STJ e ao TST.
- Ⓒ O CNJ exerce controle administrativo, financeiro e disciplinar do Poder Judiciário, podendo apreciar a legalidade de atos administrativos e jurisdicionais praticados por membros ou órgãos desse Poder.
- Ⓓ A autonomia financeira do Poder Judiciário permite que os tribunais elaborem suas propostas orçamentárias sem observância dos limites estipulados na lei de diretrizes orçamentárias.

QUESTÃO 32

No que concerne à advocacia pública municipal, assinale a opção correta de acordo com a jurisprudência do STF.

- Ⓐ A existência de procuradoria municipal instituída por lei permite que ocupantes de cargos em comissão não integrantes da carreira exerçam ordinariamente funções de representação judicial, consultoria e assessoramento jurídico do município.
- Ⓑ A instituição de procuradorias municipais depende da escolha política autônoma de cada município, no exercício da sua prerrogativa de auto-organização.
- Ⓒ A advocacia pública municipal deve observar o modelo constitucional da Advocacia-Geral da União e das procuradorias estaduais, em razão do princípio da simetria.
- Ⓓ O cargo de procurador-geral de câmara municipal pode ser ocupado por pessoa não integrante da carreira, ainda que o órgão legislativo possua procuradoria instituída e procuradores efetivos.

QUESTÃO 33

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a opção correta.

- Ⓐ O ECA, que adota a doutrina da proteção integral, considera criança a pessoa com até doze anos de idade incompletos e adolescente aquela com idade entre doze e dezoito anos, admitida a aplicação excepcional do estatuto às pessoas com idade entre dezoito e vinte e um anos, nos casos expressos em lei.
- Ⓑ A permanência de criança ou adolescente em programa de acolhimento institucional pode ocorrer por prazo indeterminado, desde que haja vaga disponível e acompanhamento técnico.
- Ⓒ Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente penalidades como advertência, obrigação de reparar o dano, internação em estabelecimento prisional e liberdade assistida.
- Ⓓ O ECA assegura o direito à escola pública gratuita apenas no ensino fundamental, sem previsão de atendimento em creche e pré-escola.

QUESTÃO 34

Com base na Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006), assinale a opção correta.

- Ⓐ A violência doméstica e familiar contra a mulher configura-se por ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, no âmbito da unidade doméstica, da família ou de relação íntima de afeto.
- Ⓑ As medidas protetivas de urgência somente podem ser concedidas após audiência das partes e manifestação prévia do Ministério Público.
- Ⓒ Os municípios não possuem competência para criar centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e seus respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar.
- Ⓓ A violência vicária não integra o rol legal das formas de violência doméstica e familiar contra a mulher.

DIREITO ADMINISTRATIVO**QUESTÃO 35**

Acerca das entidades integrantes da administração pública indireta, assinale a opção correta.

- Ⓐ As sociedades de economia mista caracterizam-se pela participação exclusiva do poder público em seu capital social, sendo vedada a participação de particulares em seu quadro societário, para preservar o controle estatal sobre suas atividades.
- Ⓑ As empresas públicas e as sociedades de economia mista têm personalidade jurídica de direito público, submetendo-se integralmente ao regime jurídico aplicável às autarquias no que se refere a privilégios processuais e fiscais.
- Ⓒ As fundações públicas instituídas pelo poder público têm, necessariamente, personalidade jurídica de direito público, não sendo admitida pelo ordenamento jurídico a constituição de fundação pública com personalidade de direito privado.
- Ⓓ As autarquias são criadas diretamente por lei, têm personalidade jurídica de direito público e integram a administração indireta, sujeitando-se ao controle finalístico exercido pela entidade da administração direta à qual estejam vinculadas.

QUESTÃO 36

A respeito dos atributos dos atos administrativos, assinale a opção correta de acordo com a doutrina majoritária.

- Ⓐ A presunção de legitimidade transfere ao particular o ônus de comprovar a regularidade do ato administrativo sempre que pretender se beneficiar de seus efeitos, cabendo à administração pública provar sua ilegalidade quando questionada.
- Ⓑ A presunção de legitimidade dos atos administrativos é absoluta, impedindo que o administrado questione sua validade tanto na via administrativa quanto na judicial.
- Ⓒ A autoexecutoriedade está presente em todos os atos administrativos, autorizando a administração pública a executar materialmente seus atos sem necessidade de intervenção judicial prévia em qualquer hipótese.
- Ⓓ A imperatividade é atributo que permite à administração pública impor obrigações ao particular independentemente de sua concordância, estando presente nos atos que restringem ou condicionam direitos, mas não nos atos que ampliam a esfera jurídica do particular, como licenças e autorizações.

QUESTÃO 37

Acerca dos cargos públicos municipais e da investidura em cargo público, assinale a opção correta à luz do Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Porto Alegre.

- Ⓐ Classe é o conjunto de cargos e funções gratificadas que integram a estrutura organizacional do município, enquanto o quadro é definido como o agrupamento de cargos da mesma profissão ou atividade e do mesmo nível de dificuldade.
- Ⓑ Os cargos públicos municipais são criados por decreto do prefeito, em número certo e com denominação própria, consistindo em conjuntos de atribuições cometidas a funcionários mediante retribuição pecuniária padronizada.
- Ⓒ A primeira investidura em cargo público municipal será precedida de concurso público, de provas ou de provas e títulos, salvo quanto aos cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração.
- Ⓓ Funcionário público municipal é toda pessoa que preste serviços remunerados ao município, independentemente da forma de investidura no vínculo funcional.

QUESTÃO 38

Considerando as licenças e vantagens previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Porto Alegre, assinale a opção correta.

- Ⓐ O funcionário em estágio probatório tem direito a fruir, entre as vantagens relativas a afastamentos para fins educacionais previstas no estatuto, apenas aquelas correspondentes à assistência a aulas obrigatórias e à participação em cursos de aperfeiçoamento ou treinamento promovidos pelo município.
- Ⓑ O funcionário municipal em estágio probatório tem direito à fruição de todas as vantagens previstas no referido estatuto, sem distinção em razão do período de avaliação funcional em que se encontra.
- Ⓒ A licença para tratar de interesses particulares pode ser concedida a qualquer funcionário titular de cargo de provimento efetivo, independentemente da conclusão do estágio probatório.
- Ⓓ O funcionário em estágio probatório pode fruir a licença para tratar de interesses particulares desde que demonstre relevante interesse pessoal devidamente fundamentado.

QUESTÃO 39

A respeito do tratamento de dados pessoais conforme disciplinado pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assinale a opção correta.

- Ⓐ Dados pessoais sensíveis são aqueles que revelam origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, bem como dados referentes à saúde ou à vida sexual e dados genéticos ou biométricos, quando vinculados a uma pessoa natural.
- Ⓑ Para a administração pública, o tratamento de dados pessoais prescinde de consentimento do titular quando destinado à execução de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos, hipótese em que o tratamento poderá ser realizado por órgãos públicos e por pessoas jurídicas de direito privado indistintamente.
- Ⓒ O tratamento de dados pessoais por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos está sujeito às mesmas obrigações impostas pela LGPD às pessoas jurídicas de direito privado.
- Ⓓ Dado pessoal anonimizado é aquele relativo a titular que não possa ser identificado, considerando-se a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento, sendo equiparado a dado pessoal sensível para fins de proteção legal.

QUESTÃO 40

Com base na Lei de Abuso de Autoridade (Lei n.º 13.869/2019), assinale a opção correta.

- Ⓐ A aplicação de sanções previstas na lei em questão exclui a responsabilização administrativa do agente público, por não ser permitida sua cumulação com sanções de natureza civil ou administrativa.
- Ⓑ Para os fins dessa lei, consideram-se agentes públicos apenas os servidores efetivos e os ocupantes de cargos em comissão, excluindo-se os indivíduos que exerçam função pública transitoriamente e de forma não remunerada.
- Ⓒ A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas pelo agente público não configura abuso de autoridade, disposição que reforça a necessidade de distinguir o erro funcional do abuso intencional no exercício da função administrativa.
- Ⓓ A citada lei aplica-se exclusivamente aos agentes públicos integrantes do Poder Executivo, por ser este o único Poder que exerce função administrativa de forma típica e permanente.

QUESTÃO 41

Determinado secretário municipal de saúde, ao tomar conhecimento de denúncias sobre irregularidades na conduta de servidor subordinado, instaurou sindicância e, ao final desta, aplicou-lhe penalidade de suspensão. O servidor impugnou o ato, alegando que o secretário teria atuado fora dos limites de sua competência ao aplicar penalidade sem prévia autorização do prefeito, e que a finalidade real da suspensão seria afastá-lo das investigações que conduzia sobre contratos celebrados pela secretaria.

Considerando a situação hipotética apresentada e as modalidades de abuso do poder administrativo, assinale a opção correta conforme a doutrina majoritária.

- A** O ato de suspensão praticado pelo secretário é insuscetível de controle judicial, por se tratar de expressão do poder disciplinar, cujo mérito é privativo da administração pública e não pode ser revisto pelo Poder Judiciário.
- B** Se for comprovado que a suspensão foi aplicada para afastar o servidor das investigações sobre contratos da secretaria, a conduta do secretário configurará desvio de poder, por ter ele utilizado competência disciplinar legítima para atingir finalidade alheia ao interesse público.
- C** A conduta do secretário configura excesso de poder, pois autoridades intermediárias não detêm competência para aplicar a servidores subordinados penalidades disciplinares sem autorização expressa da autoridade máxima do Poder Executivo.
- D** O desvio de poder alegado pelo servidor não poderia ser reconhecido na hipótese em apreço, pois essa modalidade de abuso do poder pressupõe a prática de ato com finalidade de interesse público diversa da prevista em lei, sendo inaplicável quando a finalidade for estritamente privada ou pessoal do agente.

QUESTÃO 42

No que concerne ao uso e ao abuso do poder administrativo, assinale a opção correta.

- A** O abuso do poder administrativo, nas modalidades de excesso de poder e desvio de poder, gera apenas a responsabilização disciplinar do agente, não sendo causa de invalidade do ato administrativo praticado nessa circunstância.
- B** O poder de polícia administrativa é exercido de forma preventiva e repressiva sobre direitos individuais, com o objetivo de adequá-los ao interesse coletivo, distinguindo-se do poder de polícia judiciária por não se destinar à repressão de infrações penais.
- C** O desvio de poder ocorre quando o agente público atua fora dos limites de sua competência legal, ultrapassando as atribuições que lhe foram conferidas pelo ordenamento jurídico.
- D** O excesso de poder e o desvio de poder são modalidades de abuso do poder administrativo, sendo o excesso de poder caracterizado pela atuação do agente dentro dos limites de sua competência, porém com finalidade diversa daquela prevista em lei.

QUESTÃO 43

Um veículo oficial conduzido por servidor municipal, no exercício de suas funções, colidiu com um automóvel particular, o que causou danos materiais ao proprietário. Verificou-se, contudo, que o particular contribuiu para o acidente porque trafegava em velocidade superior à permitida no local.

Na situação hipotética precedente, o Estado

- A** deve responder objetivamente pelos danos causados pelo servidor no exercício da função, sendo a culpa concorrente do particular causa atenuante da responsabilidade estatal, com possibilidade de redução proporcional da indenização.
- B** não deve responder pelos danos causados, pois a contribuição do particular para o evento danoso rompe integralmente o nexo de causalidade entre a conduta do agente público e o dano sofrido pelo particular.
- C** tem responsabilidade civil subjetiva, que depende da comprovação de culpa do servidor público pelo particular lesado, por se tratar de acidente de trânsito que envolveu conduta comissiva de agente público.
- D** deve responder pelos danos causados pelo agente público apenas caso comprovado que este estivesse atuando estritamente dentro dos limites de sua competência funcional, sendo excluída a responsabilidade estatal nas hipóteses em que o servidor extrapola suas atribuições.

QUESTÃO 44

Em relação à responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

- A** A responsabilidade do Estado por omissão é subjetiva na modalidade culpa anônima ou falta do serviço, que se configura nos casos em que determinado serviço público não funcionou, funcionou mal ou funcionou tardiamente, independentemente da identificação do agente causador do dano.
- B** A teoria do risco integral, adotada como regra geral pelo ordenamento brasileiro para a responsabilidade civil do Estado, impede o reconhecimento de causas excludentes da responsabilidade estatal, inclusive nas hipóteses de culpa exclusiva da vítima.
- C** O caso fortuito e a força maior são causas excludentes da responsabilidade civil do Estado apenas nas hipóteses de condutas comissivas, sendo insuscetíveis de afastar a responsabilidade nas hipóteses de omissão estatal.
- D** A responsabilidade do Estado por condutas omissivas é objetiva, equiparando-se ao regime aplicável às condutas comissivas, por força da disciplina constitucional da matéria, que não distingue as duas modalidades de conduta estatal.

QUESTÃO 45

No que diz respeito à administração pública, assinale a opção correta, considerando a jurisprudência do STF.

- A** Nas situações jurídicas em que a Constituição Federal de 1988 autoriza a acumulação de cargos, o teto remuneratório é considerado em relação ao somatório do que é recebido, e não em relação à remuneração de cada um dos cargos cumulados.
- B** A reestruturação de cargos fundada em evolução legislativa de aproximação e na progressiva identificação de atribuições viola, em qualquer hipótese, o princípio do concurso público.
- C** A transformação de carreira de nível médio em outra de nível superior, com atribuições distintas, constitui forma de provimento derivado vedada pela Constituição Federal de 1988.
- D** As hipóteses excepcionais de acumulação de cargos públicos autorizadas pela Constituição Federal de 1988 sujeitam-se à existência de compatibilidade de horários e à limitação da jornada semanal prevista em lei infraconstitucional.

QUESTÃO 46

Com base nas disposições constitucionais e jurisprudenciais relativas aos servidores públicos, assinale a opção correta.

- Ⓐ É possível a acumulação remunerada de um cargo público de professor com outro de qualquer natureza, desde que haja compatibilidade de horários.
- Ⓑ No âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, a idade mínima para aposentadoria dos servidores titulares de cargo efetivo é de 60 anos, para mulheres, e de 65 anos, para homens.
- Ⓒ A incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo é admitida depois de completados 15 anos de exercício no cargo efetivo.
- Ⓓ Convenção coletiva entre servidores públicos e administração pública pode tratar da fixação de vencimentos.

QUESTÃO 47

Em relação ao controle externo realizado pelo Poder Legislativo, assinale a opção correta, com base na Constituição Federal de 1988 e na jurisprudência do STF.

- Ⓐ As decisões dos tribunais de contas de que resulte imputação de débito terão eficácia de título executivo, cabendo ao ente público beneficiário do crédito promover, por meio da advocacia pública, a execução judicial.
- Ⓑ A instauração de comissão parlamentar de inquérito para apurar fato determinado depende de aprovação da maioria absoluta do plenário da respectiva casa legislativa.
- Ⓒ O prazo de cinco anos para apreciação da legalidade de atos de aposentadoria pelos tribunais de contas começa a contar da publicação do edital do concurso público que deu origem ao vínculo do servidor.
- Ⓓ As comissões parlamentares de inquérito, em razão de seus poderes investigativos próprios, podem determinar a busca e apreensão de bens em locais protegidos pela inviolabilidade domiciliar.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL**QUESTÃO 48**

Conforme a jurisprudência do STJ acerca dos efeitos do falecimento da parte no curso do processo, a falta de suspensão do processo nessa hipótese acarreta

- Ⓐ ineficácia automática dos atos processuais posteriores ao óbito, os quais deverão ser integralmente renovados após a habilitação dos sucessores.
- Ⓑ nulidade absoluta dos atos processuais posteriores, independentemente de demonstração de prejuízo, em razão da violação do contraditório.
- Ⓒ irregularidade processual sem qualquer repercussão sobre a validade dos atos praticados, ainda que não haja habilitação dos sucessores.
- Ⓓ nulidade relativa dos atos processuais posteriores, condicionada à demonstração de prejuízo.

QUESTÃO 49

De acordo com o entendimento do STJ, a emenda à petição inicial de mandado de segurança para indicação da correta autoridade coatora é

- Ⓐ vedada, porque a indicação incorreta da autoridade coatora configura vício insanável relacionado à legitimidade passiva.
- Ⓑ admitida, independentemente do momento processual, ainda que altere a competência jurisdicional, em razão da prerrogativa de foro da autoridade corretamente indicada.
- Ⓒ admitida, ainda que alterada a pessoa jurídica, independentemente de haver alteração da competência jurisdicional em que a autoridade inicialmente indicada detenha prerrogativa de foro e a responsável pelo ato não a possua.
- Ⓓ vedada quando a indicação resultar em alteração da competência jurisdicional em que a autoridade inicialmente indicada detenha prerrogativa de foro e a responsável pelo ato não a possua, hipótese em que o processo deve ser extinto sem resolução de mérito.

QUESTÃO 50

Conforme o entendimento do STJ, as decisões interlocutórias proferidas em ação civil pública são

- Ⓐ recorríveis por agravo de instrumento, pela aplicação analógica da Lei da Ação Popular (Lei n.º 4.717/1965).
- Ⓑ irrecorríveis, por ausência de previsão no Código de Processo Civil.
- Ⓒ irrecorríveis, por ausência de previsão na Lei da Ação Civil Pública (Lei n.º 7.347/1985).
- Ⓓ recorríveis por agravo de instrumento apenas nas hipóteses taxativamente previstas no Código de Processo Civil, vedada sua ampliação interpretativa.

QUESTÃO 51

De acordo com o entendimento do STJ, os efeitos da revelia

- Ⓐ impedem a produção de provas pelo réu, ainda que este intervenha posteriormente no processo.
- Ⓑ produzem automaticamente a procedência do pedido, dispensando a análise do conjunto probatório.
- Ⓒ são relativos e não acarretam a procedência automática do pedido, devendo o juiz apreciar as alegações à luz das provas dos autos.
- Ⓓ geram a presunção de veracidade apenas quanto às matérias de direito, dispensando a prova dos fatos constitutivos.

QUESTÃO 52

Com relação aos embargos do devedor, assinale a opção correta, com base no Código de Processo Civil e na jurisprudência do STJ.

- Ⓐ Os embargos do devedor não admitem alegação de matéria de defesa que demandem dilação probatória, limitando-se às questões documentais.
- Ⓑ A ausência de memória de cálculo e de indicação do valor incontroverso torna inviável o conhecimento de alegação de excesso de execução em embargos do devedor.
- Ⓒ Os embargos do devedor têm efeito suspensivo automático, independentemente de requerimento da parte e de garantia do juízo.
- Ⓓ A alegação de excesso de execução pode ser conhecida independentemente da apresentação de memória de cálculo, por se tratar de matéria de ordem pública.

QUESTÃO 53

Segundo entendimento firmado pelo STJ, a sentença que não aprecia todos os pedidos formulados pela parte na petição inicial constitui

- Ⓐ *extra petita*.
- Ⓑ *ultra petita*.
- Ⓒ decisão terminativa sem resolução de mérito.
- Ⓓ *citra petita*.

QUESTÃO 54

De acordo com o Código de Processo Civil e o entendimento do STJ, o negócio jurídico processual que prevê arresto ou penhora de bens é

- Ⓐ nulo quando estipulado para produzir efeitos antes da citação do executado, ainda que a partir do ajuizamento da execução.
- Ⓑ nulo desde o ajuizamento da execução, sendo admitida sua validade apenas se estipulado para produzir efeitos após a citação do executado.
- Ⓒ válido desde o ajuizamento da execução, sendo nulo se estipulado para produzir efeitos antes da citação do executado.
- Ⓓ ineficaz enquanto não realizada a citação do executado, ainda que estipulado para produzir efeitos desde o ajuizamento da execução.

QUESTÃO 55

Nos termos da jurisprudência do STJ, a falta de nomeação de curador especial ao réu revel citado por edital ou com hora certa acarreta nulidade

- Ⓐ absoluta, sendo o exercício da curatela especial função institucional do Ministério Público.
- Ⓑ relativa, sendo o exercício da curatela especial função institucional da Defensoria Pública.
- Ⓒ absoluta, sendo o exercício da curatela especial função institucional da Defensoria Pública.
- Ⓓ relativa, sendo o exercício da curatela especial função institucional do Ministério Público.

QUESTÃO 56

Conforme entendimento do STJ, o mero executor de um comando cogente figura como parte

- Ⓐ ilegítima para responder a mandado de segurança impetrado contra o ato de cumprimento.
- Ⓑ legítima para responder a mandado de segurança impetrado contra o ato de cumprimento quando atuar com autonomia funcional na execução do ato impugnado.
- Ⓒ facultativamente legítima para responder a mandado de segurança impetrado contra o ato de cumprimento, a depender da indicação feita pelo impetrante.
- Ⓓ legítima para responder a mandado de segurança impetrado contra o ato de cumprimento, por integrar a cadeia administrativa do ato.

QUESTÃO 57

Consoante a jurisprudência do STJ e a Lei da Ação Civil Pública, o réu vencido em ação civil pública ajuizada por associação civil

- Ⓐ responde pelo pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, não sendo exigido da associação autora o adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, salvo comprovada má-fé.
- Ⓑ responde por honorários advocatícios sucumbenciais quando comprovada má-fé da associação autora.
- Ⓒ não responde por honorários advocatícios sucumbenciais, aplicando-se integralmente o regime de gratuidade previsto na Lei da Ação Civil Pública.
- Ⓓ é isento do pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, em razão da natureza coletiva da demanda.

QUESTÃO 58

De acordo com a jurisprudência do STJ, na fase de liquidação ou cumprimento de sentença, o critério estabelecido, no título exequendo, para fixação dos juros de mora

- Ⓐ pode ser alterado pelo juízo, independentemente de provocação das partes, em razão do caráter acessório dos juros.
- Ⓑ pode ser modificado mediante simples requerimento da parte exequente, desde que não resulte na redução do valor executado.
- Ⓒ pode ser revisto na fase executiva, por se tratar de matéria de ordem pública.
- Ⓓ não pode ser alterado, sob pena de ofensa à coisa julgada.

QUESTÃO 59

De acordo com o entendimento jurisprudencial do STJ, quando se trata de montantes de natureza estimativa, a fixação de indenização por danos morais e materiais em valor superior àquele indicado na petição inicial é

- Ⓐ cabível, podendo o magistrado arbitrar valor justo e adequado.
- Ⓑ incabível, configurando julgamento *citra petita*.
- Ⓒ incabível, configurando julgamento *extra petita*.
- Ⓓ incabível, configurando julgamento *ultra petita*.

QUESTÃO 60

De acordo com a Lei da Ação Popular e a jurisprudência do STJ, a sentença que concluir pela carência da ação civil pública estará sujeita

- Ⓐ à apelação, sendo obrigatório o reexame necessário sempre que houver interesse público envolvido.
- Ⓑ à apelação, não se submetendo ao reexame necessário por ausência de previsão legal.
- Ⓒ ao duplo grau de jurisdição obrigatório, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.
- Ⓓ à interpelação de agravo de instrumento.

DIREITO TRIBUTÁRIO E DIREITO FINANCEIRO**QUESTÃO 61**

A exceção de pré-executividade

- Ⓐ é, no âmbito das execuções fiscais, instrumento processual em que o executado pode arguir matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória.
- Ⓑ pressupõe a prévia garantia do juízo no âmbito das execuções fiscais, sem a qual o juiz não deverá conhecê-la.
- Ⓒ não é admitida no âmbito das execuções fiscais.
- Ⓓ é instrumento processual admitido para alegação de qualquer matéria de defesa no âmbito das execuções fiscais.

QUESTÃO 62

Assinale a opção que corresponde a uma causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, de acordo com o Código Tributário Nacional (CTN).

- Ⓐ remissão
- Ⓑ anistia
- Ⓒ transação
- Ⓓ moratória

QUESTÃO 63

Assinale a opção correta em relação às espécies tributárias e à repartição de competências.

- Ⓐ Podem ser cobradas taxas em razão do exercício de poder de polícia.
- Ⓑ Qualquer ente federado pode instituir empréstimo compulsório, desde que observe os requisitos previstos constitucionalmente.
- Ⓒ A União poderá instituir outros impostos além daqueles previstos na Constituição Federal de 1988, bastando, para tanto, a edição de lei complementar.
- Ⓓ Impostos são tributos vinculados a uma contraprestação estatal específica, destinando-se a financiar despesa determinada.

QUESTÃO 64

A respeito da competência tributária dos entes federativos, assinale a opção correta à luz da Constituição Federal de 1988.

- Ⓐ Competem aos estados e ao Distrito Federal a instituição e a cobrança do ITBI.
- Ⓑ Compete aos municípios instituir e cobrar o ITCMD quando os respectivos estados não o fizerem.
- Ⓒ Os estados e o Distrito Federal têm total discricionariedade para fixar as alíquotas de IPVA.
- Ⓓ O IBS é imposto de competência compartilhada entre estados, Distrito Federal e municípios.

QUESTÃO 65

Acerca das operações de captação de recursos com obrigação futura de pagamento realizadas por entes políticos, assinale a opção correta consoante a Constituição Federal de 1988.

- Ⓐ São vedadas todas as operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital.
- Ⓑ Os estados, os municípios e o Distrito Federal podem emitir títulos da dívida pública mobiliária.
- Ⓒ Compete à Câmara dos Deputados autorizar empréstimos de interesse dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.
- Ⓓ Compete ao Senado Federal autorizar empréstimos externos de interesse dos entes políticos.

QUESTÃO 66

Em relação às leis orçamentárias, assinale a opção correta de acordo com a Constituição Federal de 1988.

- Ⓐ Compete à Câmara dos Deputados a iniciativa da lei orçamentária anual.
- Ⓑ Os planos e programas nacionais previstos constitucionalmente serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.
- Ⓒ A lei orçamentária anual estabelecerá as diretrizes e metas da administração pública para as despesas relativas aos programas de duração continuada.
- Ⓓ A lei orçamentária anual é composta por três partes, correspondentes aos orçamentos da saúde, da educação e da segurança pública.

QUESTÃO 67

Assinale a opção que apresenta uma receita derivada.

- Ⓐ receita decorrente de multas administrativas
- Ⓑ receita de rendimentos de aplicações financeiras
- Ⓒ receita decorrente do recebimento de dividendos
- Ⓓ receita decorrente de aluguel de imóveis públicos

QUESTÃO 68

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), assinale a opção correta em relação à responsabilidade na gestão fiscal.

- Ⓐ É vedada a realização de transferências voluntárias para o ente que deixe de arrecadar impostos de sua competência constitucional.
- Ⓑ É vedada a realização de qualquer transferência para o ente que deixe de arrecadar impostos de sua competência constitucional.
- Ⓒ A não arrecadação dos impostos de competência constitucional do ente não repercute no recebimento das transferências voluntárias nem no das obrigatórias.
- Ⓓ A arrecadação de todos os tributos de competência do ente é mera recomendação de responsabilidade na gestão fiscal.

QUESTÃO 69

À luz do CTN e da jurisprudência do STJ, assinale a opção correta a respeito da denúncia espontânea.

- Ⓐ O benefício da denúncia espontânea aplica-se aos tributos sujeitos a lançamento por homologação declarados, mas não pagos.
- Ⓑ A denúncia espontânea configura hipótese de exclusão do crédito tributário.
- Ⓒ Não se considera espontânea a denúncia efetuada após o início do procedimento de fiscalização relacionado com a infração.
- Ⓓ A denúncia espontânea é instrumento utilizado por terceiros para denunciar maus contribuintes em troca de recompensa.

QUESTÃO 70

Assinale a opção correta, considerando o disposto no CTN e a jurisprudência do STJ em relação aos parcelamentos.

- Ⓐ O pedido de parcelamento fiscal, ainda que indeferido, interrompe o prazo prescricional, pois caracteriza confissão extrajudicial do débito.
- Ⓑ É vedada a divulgação, pela fazenda pública, de informações relativas a parcelamentos obtidos por contribuintes.
- Ⓒ O parcelamento enseja a extinção do crédito tributário sob a condição resolutiva de sua posterior quitação.
- Ⓓ A formalização do parcelamento do débito cobrado resulta na extinção da execução fiscal.

QUESTÃO 71

Assinale a opção correta acerca do regime de precatórios na Constituição Federal de 1988.

- Ⓐ É admissível fracionar o valor da execução para fins de enquadramento do pagamento como requisição de pequeno valor.
- Ⓑ O regime de precatórios aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista que exploram atividade econômica.
- Ⓒ Os precatórios judiciais apresentados até 1.º de fevereiro devem ser pagos até o final do exercício seguinte.
- Ⓓ Os pagamentos de precatórios serão efetuados em ordem cronológica de sua apresentação, com preferência de recebimento por menores de idade.

QUESTÃO 72

Com base nas disposições constitucionais referentes ao IBS, assinale a opção correta.

- Ⓐ O período de apuração do IBS será mensal.
- Ⓑ Não incide IBS nas operações de prestação de serviços.
- Ⓒ Incide IBS no fornecimento de serviços por pessoas físicas decorrente da relação de emprego com o contribuinte.
- Ⓓ Incide IBS na transferência de bens entre estabelecimentos pertencentes ao mesmo contribuinte.

DIREITO CIVIL**QUESTÃO 73**

De acordo com o entendimento do STJ, o dano moral coletivo

- Ⓐ exige a comprovação de prejuízo concreto e individualizado, com demonstração do abalo sofrido por cada integrante da coletividade atingida.
- Ⓑ depende da comprovação de efetivo sofrimento psíquico de parcela significativa da coletividade, demonstrado por elementos objetivos.
- Ⓒ limita-se às hipóteses expressamente previstas em lei, não se admitindo seu reconhecimento com base exclusivamente em construção jurisprudencial.
- Ⓓ é presumido, bastando a prática de conduta ilícita que viole, de forma injusta e intolerável, direitos de natureza extrapatrimonial da coletividade, sendo dispensada a comprovação de prejuízo concreto ou abalo moral individual.

QUESTÃO 74

Conforme disposição expressa do Código Civil e o entendimento do STJ, a interrupção da prescrição

- Ⓐ pode ocorrer somente uma única vez dentro da mesma relação jurídica, independentemente de seu fundamento.
- Ⓑ produz efeitos restritos ao ato que a ensejou, sem repercutir na contagem do prazo prescricional dos demais atos vinculados à mesma relação jurídica.
- Ⓒ não poderá ocorrer por despacho de juiz incompetente que ordenar a citação.
- Ⓓ pode ocorrer mais de uma vez dentro da mesma relação jurídica, desde que fundada em atos distintos de natureza interruptiva.

QUESTÃO 75

No que diz respeito aos juros de mora para fins de responsabilidade contratual, o STJ entende que seu termo inicial deve ser a data da

- Ⓐ sentença que reconhece a responsabilidade civil e fixa o valor da indenização.
- Ⓑ celebração do contrato, independentemente do momento do inadimplemento.
- Ⓒ ocorrência do dano, ainda que não configurada mora do devedor.
- Ⓓ citação, e, quanto à indenização por danos morais, a correção monetária do valor incide desde a data do arbitramento.

QUESTÃO 76

Consoante o Código Civil e a jurisprudência do STJ, a desconsideração da personalidade jurídica exige a comprovação de

- Ⓐ abuso da personalidade, caracterizado por desvio de finalidade ou confusão patrimonial.
- Ⓑ simples inadimplemento da obrigação assumida pela pessoa jurídica.
- Ⓒ inadimplemento contumaz das obrigações.
- Ⓓ ausência de bens penhoráveis em nome da pessoa jurídica.

QUESTÃO 77

Segundo o entendimento do STJ, a *supressio* caracteriza-se pela

- Ⓐ modificação do conteúdo da obrigação em razão de circunstâncias supervenientes, independentemente da conduta das partes.
- Ⓑ extinção automática do direito pelo simples decurso do prazo legal, independentemente de comportamento das partes.
- Ⓒ aquisição da capacidade de exigir um direito por parte de seu titular, em razão de sua inatividade por determinado período de tempo variável.
- Ⓓ perda da possibilidade de o titular de um direito exigi-lo, em razão de sua inércia prolongada, que gera na outra parte legítima expectativa de que o direito não mais seja reivindicado.

QUESTÃO 78

Conforme o Código Civil e a jurisprudência do STJ, a cláusula penal moratória tem a finalidade de

- Ⓐ substituir integralmente a obrigação principal, impedindo seu cumprimento específico pelo devedor.
- Ⓑ fixar previamente perdas e danos decorrentes do inadimplemento absoluto da obrigação.
- Ⓒ limitar a responsabilidade do devedor ao valor da obrigação principal, vedando qualquer indenização adicional.
- Ⓓ indenizar pelo adimplemento tardio da obrigação.

QUESTÃO 79

De acordo com o Código Civil e a jurisprudência do STJ, às dívidas de natureza civil é aplicável a taxa de juros de mora correspondente à

- Ⓐ taxa legal de 1% ao mês, salvo disposição contratual em sentido diverso, sendo vedada a utilização da SELIC em matéria civil.
- Ⓑ taxa SELIC, a qual deve ser aplicada de forma exclusiva, vedada sua cumulação com qualquer outro índice de correção monetária ou juros de mora.
- Ⓒ taxa SELIC, admitindo-se sua cumulação com correção monetária, por possuírem naturezas distintas.
- Ⓓ taxa legal de 1% ao mês, obrigatoriamente cumulada com correção monetária, independentemente da natureza da obrigação.

QUESTÃO 80

Segundo o entendimento do STJ, a previsão do Código Civil que consagra a independência relativa das esferas civil e penal vincula a responsabilidade civil

- Ⓐ à absolvição no juízo criminal fundada na ausência de dolo ou culpa do acusado.
- Ⓑ à absolvição no juízo criminal pelo reconhecimento da atipicidade da conduta.
- Ⓒ ao arquivamento do inquérito policial.
- Ⓓ à sentença penal condenatória decorrente de mesma situação fática geradora da responsabilidade civil.